

Isac Barcelos Pereira de Souza

EQUIPES CONJUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

na cooperação jurídica
internacional em matéria penal

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

S719e Souza, Isac Barcelos Pereira de.

Equipes conjuntas de investigação na cooperação jurídica internacional em matéria penal / Isac Barcelos Pereira de Souza – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
224 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2725-1.

1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. I. Souza, Isac Barcelos Pereira de. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

Capítulo 1

GLOBALIZAÇÃO, CRIME TRANSNACIONAL, COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E EFICIÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL .	25
---	-----------

1.1. Globalização e criminalidade.....	25
1.2. Crimes transnacionais	29
1.3. Cooperação jurídica internacional	35
1.4. Os desafios da investigação da criminalidade transnacional	39
1.5. Eficiência e garantismo no processo penal	42
1.6. Cooperação jurídica internacional à luz da eficiência e do garantismo...	44

Capítulo 2

EQUIPES CONJUNTAS DE INVESTIGAÇÃO: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO, CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	49
---	-----------

2.1. Desenvolvimento histórico	49
2.1.1. As primeiras experiências: a cooperação internacional entre forças policiais e algumas iniciativas de atuação direta transnacional.....	49
2.1.2. As normatizações internacionais: das Equipes Conjuntas às Equipes Conjuntas de Investigação.....	60
2.2. Conceito	67
2.2.1. <i>As investigações conjuntas</i> em sentido lato.....	68
2.2.2. O conceito de Equipes Conjuntas de Investigação.....	75
2.2.3. Algumas distinções necessárias	79
2.3. Natureza jurídica.....	84

2.3.1. Instrumento de cooperação internacional policial ou jurídica?.....	85
2.3.2. As ECIs como instrumento de cooperação jurídica internacional pela via do contato direto.....	86
2.4. As vantagens operacionais da utilização de uma ECI.....	93
2.5. Breves apontamentos sobre o modelo de funcionamento das ECIs	95

CAPÍTULO 3

PREVISÕES NORMATIVAS	99
3.1. Instrumentos multilaterais	100
3.1.1. Sistema ONU	100
3.1.2. Grupo de Ação Financeira (GAFI)	105
3.2. Instrumentos regionais	107
3.2.1. Continente Europeu	107
3.2.2. Continente Americano	118
3.3. Legislações estrangeiras: panorama geral	125
3.4. A base normativa brasileira.....	127

CAPÍTULO 4

OS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO VÁLIDA DAS ECIs	131
4.1. Autorização legal	131
4.2. Consentimento das partes: a comunhão de vontades	144
4.2.1. Considerações iniciais: direitos e deveres dos Estados na ordem internacional	144
4.2.2. O consenso na formação das ECIs.....	153
4.3. Investigação preliminar de crime transnacional determinado	163
4.3.1. Investigação preliminar	163
4.3.2. Crime transnacional	164
4.3.3. Fato determinado	166
4.3.4. Ausência de hipótese impeditiva de cooperação.....	170
4.4. Dois ou mais países com jurisdição sobre o fato investigado	174
4.5. O acordo de constituição.....	180

CONCLUSÃO.....	187
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS	195
--------------------------	------------